



**ROBERTO MEDRONHO**  
Professor da Faculdade de Medicina recupera história do coronavírus e mostra perigosa curva da doença no Rio de Janeiro  
**Páginas 4 e 5**

**ASSEMBLEIA VIRTUAL DE PROFESSORES, TERÇA-FEIRA, 22, ÀS 13H30. PARTICIPE!**

Página 7

# Governo quer incendiar UNIVERSIDADES

Páginas 2 e 3

## EDITORIAL

### DIRETORIA

**A**inda não temos a dimensão da tragédia que tomou conta do país. O fogo que devastou o Pantanal abriu uma grande ferida no coração do Brasil, que não cicatrizará tão cedo. As mortes sem despedidas pela Covid-19 também não. Além disso, nos assombra o fato de que jamais poderemos contabilizar o quanto dessas mortes poderiam ter sido evitadas, quantos quilômetros poupados, quantos animais seriam salvos, se fossem outros os ocupantes do Palácio do Planalto.

No caso das universidades públicas, arma-se também um desastre de grandes proporções, que pode aniquilar um patrimônio cultural da maior importância, que poderá ser o fim do sonho de muitas gerações e irá interromper investigações científicas da maior relevância. Três ações do governo demonstram que a retórica anticientífica e as campanhas de difamação das universidades não ficarão só no papel. Elas terão consequências práticas, que ameaçam os pilares estruturantes da vida universitária, que são a liberdade acadêmica e a autonomia científica para a produção do conhecimento e a formação das novas gerações.

A primeira delas é a nomeação sistemática de candidatos derrotados nas listas tríplexes para a reitoria das instituições federais de ensino. Embora seja uma prerrogativa legal, ao lançar mão dela de forma generalizada, o governo cria um clima de animosidade e instabilidade institucional, com dirigentes que carecem de legitimidade política entre seus pares e que devem obediência apenas ao governo que os nomeou. O caso mais gritante foi a recente nomeação do candidato que recebeu apenas 3 votos no conselho universitário da UFRGS para compor a lista em terceiro lugar. Só há um projeto que pode sustentar esse desatino: o de paralisar e desestruturar a vida institucional de uma das melhores e mais importantes universidades do país.

A segunda ação do governo já foi detalhada nas edições anteriores do nosso jornal: o corte linear para as universidades de 16,5% no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA - para 2021. Além do corte direto no orçamento das universidades, há as perdas nas áreas de fomento à pesquisa, da CAPES e do CNPq. Em ato virtual realizado no dia 17, parlamentares que atuam em diversas frentes

pela educação denunciaram que não se trata da falta de recursos, uma vez que o governo deixou de executar parte considerável do orçamento de 2020.

A terceira, lançada há poucos dias, é a reforma administrativa, que não trata de nenhum problema real da administração pública, mas que concentra ainda mais poderes na mão do governo e amplia as possibilidades de aparelhamento político com contratações sem concurso público para cargos de "assessoramento e liderança". A reforma repete a fórmula que há anos vem retirando direitos dos servidores públicos: alardeiam grandes campanhas contra os privilégios de servidores públicos, aqueles que no passado foram chamados de marajás, criam um ambiente propício em meio a uma população desassistida pelo Estado, e assim implementam uma reforma que mantém os privilégios dos altos cargos, em especial dos magistrados e militares, para cobrar a conta da maioria dos servidores que atuam nas áreas da saúde e educação, fragilizando ainda mais a assistência à população.

A combinação dessas três ações - a desestabilização da vida institucional, o estrangulamento financeiro e fragilização do vínculo de servidor público, ameaçado pelo fim da estabilidade - coloca a universidade diante de uma ameaça real de destruição das condições de sua existência tal como a concebemos nas últimas décadas. Teremos dirigentes obedientes a um governo que pouco ou nada respeita da produção científica mundial, em condições de preencher ainda mais cargos de confiança com quadros despreparados e sem qualificação e com novos instrumentos de coerção para coibir e silenciar uma comunidade que também já não terá condições de acessar financiamento para suas pesquisas.

Sim, somos o alvo. A diferença é que esse incêndio nós poderemos evitar. Apesar das perdas e dificuldades que enfrentamos ao longo desse ano, fomos capazes de impor algumas derrotas importantes para o governo, como a segunda versão do Future-se que até hoje não conseguiu decolar, a MP 979, que permitiria a nomeação pro-tempore de reitores mas que foi devolvida pelo Congresso Nacional, e a histórica votação do FUNDEB. Não daremos descanso aos deputados e senadores, partiremos para campanhas, iremos às ruas se necessário, porque defender a Universidade Pública significa defender a vida, a democracia e o nosso futuro enquanto nação.

FOTOS: JOÃO PAULO GUIMARÃES/REPÓRTER BRASIL E MAYKE TOSCANO/SECOM-MT



# Bolsonaro amplia intervenção nas universidades públicas

> Presidente nomeia candidatos à reitoria derrotados nas consultas junto à comunidade e nos colégios eleitorais da Unifesspa e da UFRGS. No Sul, interventor recebeu apenas três votos no Conselho Universitário

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

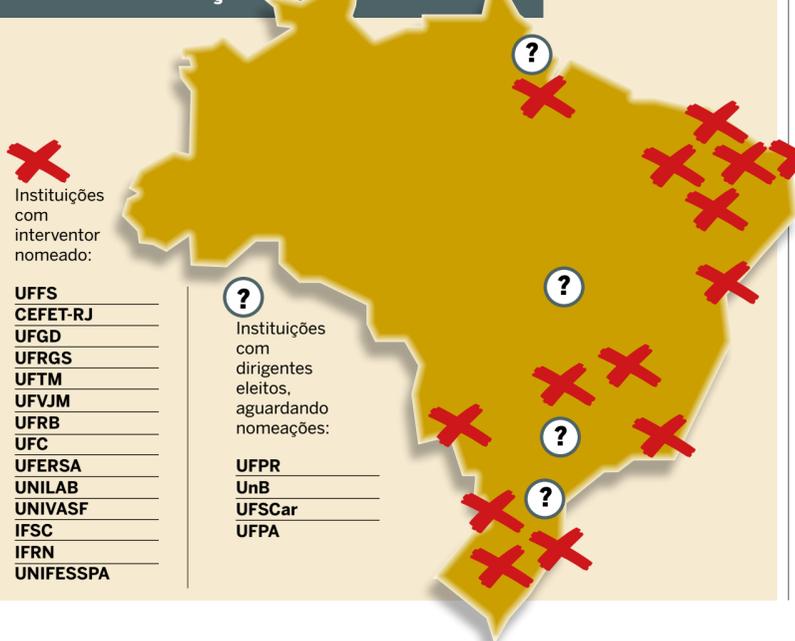
Cresceu para 14 o número de interventores nas universidades e institutos federais sob a chancela do governo Bolsonaro. Nesta semana, o presidente nomeou os candidatos que ficaram em terceiro lugar na disputa pelas reitorias da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ambos receberam votações pírias nos respectivos colégios eleitorais e também nas consultas internas junto a professores, técnicos e estudantes. E perderam em todos os segmentos.

Na Unifesspa, o reitor nomeado Francisco Ribeiro da Costa recebeu apenas 6,9% dos votos da comunidade. Já o professor Maurílio de Abreu Monteiro ficou em primeiro, com 84,4% dos votos. O Conselho Universitário local homologou o resultado por unanimidade. Na UFRGS, a situação foi um pouco diferente: a chapa do atual reitor, professor Rui Oppermann, perdeu no total de votos para a chapa da professora Karla Müller, mas ganhou a consulta pelo critério que atribui peso de 70% para os votos docentes. A chapa do nomeado Carlos Bulhões ficou bem para trás em qualquer cálculo. No Conselho Universitário, que formou a lista tríplice, o resultado apresentado é indiscutível: Rui obteve 45 votos contra 29 de Karla; Bulhões, que faz parte do colegiado, ganhou apenas três votos. Não houve brancos nem nulos.

O caso da UFRGS chama mais atenção por ser uma instituição maior, mais antiga e bem posicionada nos rankings acadêmicos. Antes do decreto de Bolsonaro publicado no Diário Oficial do



## NO GOVERNO BOLSONARO, JÁ SÃO 14 INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS SOB INTERVENÇÃO



dia 16, a universidade só havia sofrido uma intervenção desde a redemocratização: em 1988, ainda no governo de José Sarney. O mandato de Bulhões começa hoje, dia 21.

“Não nos surpreende, pois esta tem sido a marca do governo Bolsonaro, que escolheu as universidades públicas federais como inimigas”, avaliou o presidente da Adufrrj, professor Lúcio Vieira. O professor prometeu resistência do sindicato em defesa da UFRGS. “Ele não tem o reconhecimento da comunidade acadêmica para exercer o cargo”. No dia 17, um ato presencial organizado pelos estudantes em frente à reitoria — com orientações para cuidados com a saúde, na pandemia — marcou o início desta oposição.

Lúcio destacou uma declaração do candidato agora nomeado: durante um dos debates da campanha, Bulhões disse que deveria ser respeitado o resultado das urnas. “Devemos, sim, respeitar este resultado e que o primeiro seja nomeado. Qualquer coisa diferente disso, para

mim, é uma especulação”, falou Bulhões, em vídeo gravado e enviado à reportagem. “Mas, acabado o processo eleitoral, ele imediatamente passou a articular com deputados da base do Bolsonaro e foi para a rádio defender sua nomeação”, lamentou o presidente da Adufrrj.

A atual reitoria criticou a medida de Bolsonaro por nota. “Contrariando a vontade manifestada pela comunidade na consulta realizada em 13 de julho e pela eleição do Conselho Universitário (Consun), o Governo Federal optou pela proposta amplamente derrotada para estar à frente da UFRGS nos próximos quatro anos. Ignorou, assim, os grandes avanços feitos nos últimos anos na construção de uma universidade de excelência acadêmica, plural e inovadora”. O texto observa que a instituição “ocupa, pelo oitavo ano consecutivo, a posição de melhor universidade federal do país, conforme avaliações do próprio MEC no Índice Geral de Cursos (IGC)”.

Questionada sobre a justificativa do presidente para contrariar a vontade da maioria das comunidades acadêmicas, a assessoria do MEC limitou-se a responder que a “nomeação de Reitor de Universidade e Instituto Federal é feita pela Presidência da República a partir de lista tríplice elaborada pelo colegiado máximo da instituição, conforme Lei Nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995”.

### AValiação da ADUFRJ

A presidente da Adufrrj, professora Eleonora Ziller, enxerga dois propósitos nas intervenções feitas pelo governo Bolsonaro. “Coloca em prática o projeto de controle ideológico da universidade e destrutura seu corpo institucional”, afirma. “Quando ele nomeia os derrotados, cria um cenário de profunda animosidade da comunidade contra seus dirigentes. Isso leva a desagregação, tensionamentos internos. A ação é, antes de tudo, destrutiva”, completa.

A docente teme os prejuízos que a medida poderá causar às pesquisas científicas. “Não existe como construir um ambiente de produção de conhecimento, sem essencialmente ter um ambiente de liberdade”.

Eleonora ressalta que, para cumprir esta tarefa, Bolsonaro conta com professores que aceitam trair a própria comunidade acadêmica e o processo democrático para entrar na lista tríplice. “Ele precisa de pessoas que aceitem esse papel medíocre. São



FOTOS: REPRODUÇÃO DA INTERNET



### REAÇÃO

Comunidade acadêmica já se manifesta contra a nomeação de Carlos Bulhões (no detalhe) para a reitoria da UFRGS. Outra intervenção do governo Bolsonaro, na semana passada, ocorreu na reitoria da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará



coveiros da sua própria história”, critica.

### NOVAS INTERVENÇÕES?

As recentes intervenções reforçam as preocupações da comunidade acadêmica sobre as próximas nomeações que o presidente deverá realizar em breve. Uma delas, para a reitoria de outra instituição gigantesca: a Universidade de Brasília.

A chapa da atual reitora, professora Márcia Abrahão, venceu em todos os segmentos na consulta junto à comunidade.

Pelos critérios de ponderação adotados no pleito, teve 54,01% dos votos contra 16,58% da chapa que ficou em segundo lugar. A consulta, no fim de agosto, foi organizada pela Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), pelo Sindicato dos Trabalhadores da UnB (Sintfub) e pelo DCE Honestino Guimarães. O Conselho Universitário do dia 17 confirmou o nome de Márcia em primeiro lugar na lista tríplice com 85 votos - a segunda colocada teve apenas dois votos e a terceira somente um.

## INTERVENÇÃO FEREA LEGITIMIDADE E COLOCA EM RISCO A GOVERNABILIDADE

Por 38 votos a nove, os reitores das universidades federais decidiram escrever carta de repúdio à nomeação de interventores nas reitorias. O documento defende a autonomia universitária e a legitimidade das escolhas da comunidade acadêmica. Aprovado na reunião da Andifes na manhã de sexta-feira, 18, o texto será enviado ao Ministro da Educação e ao presidente Bolsonaro.

A reunião foi tensa. Sob a liderança do reitor da Universidade Federal do Ceará, professor Cândido Albuquerque, terceiro colocado na eleição da UFC e nomeado por Bolsonaro em agosto, os defensores da intervenção alegaram que a escolha está garantida em lei. Do outro lado, a diretoria da Andifes alegou que a questão legal não é suficiente para garantir a legitimidade do mandato dos interventores e sustentar a democracia interna das instituições.

Um dos argumentos mais fortes contra a intervenção foi do representante da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha. “O caso da UFRGS é exemplar. O reitor nomeado teve apenas três votos no Consun, sendo um dele próprio. Que representatividade ele terá para garantir a institucionalidade da universidade num contexto de tamanha crise orçamentária? Haverá, com certeza, uma crise de legitimidade. Não é só uma questão da democracia interna. É da governabilidade”, ponderou o vice-reitor.

As entidades nacionais representativas da comunidade acadêmica — Andes, UNE, Fasubra, APG e SBPC — também participaram do encontro.

## CONSUNI DA UNB REELEGE REITORA COM 96% DOS VOTOS

ANA BEATRIZ MAGNO  
anabiamagno@adufrrj.org.br

Em sessão histórica, na última quinta-feira, 17, o Conselho Universitário da Universidade de Brasília reelegeu a professora Márcia Abrahão Moura para a reitoria da UnB pelos próximos quatro anos. Com 85 votos, a docente do Instituto

de Geociências obteve 96% da preferência do colégio eleitoral. A segunda colocada, professora Olga Amância Ferreira, recebeu 2 votos e a terceira, Germana Henriques Pereira, do Instituto de Letras, obteve um voto. Houve, ainda, uma abstenção.

Os nomes das três professores, com as respectivas vo-

tações, já foram enviadas ao Ministério da Educação. Por lei, o presidente da República pode nomear qualquer um dos nomes da lista tríplice. Até a gestão de Bolsonaro, no entanto, os presidentes respeitavam a democracia universitária e indicavam o primeiro colocado, tanto nas votações dos Conselhos Universitários quanto

nas respectivas consultas à comunidade acadêmica — uma das raras exceções ocorreu na UFRJ em 1998, com a nomeação do interventor José Henrique Villena, terceiro colocado e nomeado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Reitora que, na consulta à comunidade, venceu no primeiro turno nas três catego-

rias. Márcia se cercou todos os cuidados para garantir a institucionalidade do processo. O Conselho Universitário de quinta-feira, com composição de 72% de docentes, 10,8% de técnicos e 17,2% de estudantes, foi coordenado pelo conselheiro e professor mais antigo em exercício na UnB, Volnei Garrafa. Procurador de

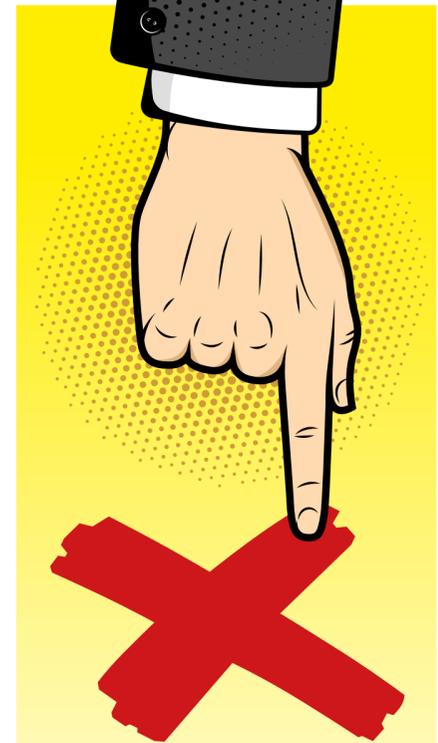


ARQUIVO/DIVULGAÇÃO/UNB

carreira da Advocacia-Geral da União e procurador-chefe da universidade, Tiago Coutinho de Oliveira acompanhou toda a sessão. Outros dois experientes procuradores federais também participaram.

Todos os votos foram gravados e feitos com imagem de vídeo. “Essa votação é o reconhecimento de nosso trabalho,

sério, de excelência e inclusão. Me comprometo, nos próximos quatro anos, a seguir defendendo a UnB, a autonomia universitária e honrando o legado de nossos fundadores. Hoje, nesta reunião histórica, a comunidade mostrou estar unida e o Consun reafirmou o compromisso da UnB com a democracia”, disse a reitora Márcia Abrahão.



# RIO, TRISTE CAMPEÃO MUNDIAL DE MORTALIDADE PELA COVID-19

LIZ MOTA ALMEIDA  
comunica@adufrj.org.br

A taxa de mortalidade pela Covid-19 no município do Rio é a maior do mundo: 149,9 por 100 mil habitantes. Para se ter uma ideia do desastre carioca, a república de San Marino, na Europa, ocupa o segundo lugar do triste ranking com 124,3 mortes por 100 mil habitantes. E o Peru fica em terceiro: 93,71, de acordo com dados do dia 10. “É impressionante o que aconteceu aqui”, afirmou o coordenador do GT Coronavírus da UFRJ, professor Roberto Medronho, durante o Tamo Junto do dia 11. O encontro virtual organizado pela AdUFRJ todas as sextas-feiras teve uma edição especial para discutir a situação epidemiológica da doença.

O médico contou que, logo no início da pandemia, em março, conversou com as autoridades municipais e protocolou que a atenção básica precisaria ser fortalecida. “O prefeito Crivella destruiu a atenção básica. Essa é uma das hipóteses que apontam para nós sermos campeões de mortalidade do mundo”, destacou.

“Precisaríamos ter atenção básica atendendo os pacientes, isolando os casos positivos e identificando precocemente os casos que evoluíram para forma grave, internando imediatamente”, disse. “Isso reduziria muito a letalidade. Não foi o que aconteceu. O que vimos foi esse caos e essa corrupção impressionante no nosso estado e também no município”, declarou.

Medronho informou que o Hospital Universitário passou por uma fase muito crítica. “No HU, era um horror. O paciente morria sendo transportado para o CTI”, lembrou. “Pacientes que chegavam de maca, vivos. Quando estavam na porta da emergência, o doente estava morto já. Então foi um caos total”, afirmou.

Apesar da atual diminuição dos casos de Covid no hospital, outros casos altamente complexos voltaram descompensados. “A enfermagem não Covid bombou com pacientes muito graves, porque não estavam procurando atendimento e houve uma descompensação do quadro clínico. Agora, estamos vivendo talvez o que seria o pior dos dois mundos”, declarou. Enquanto os doentes sem o vírus estão nas enfermarias e nas emergências, os doentes de Covid-19 começaram a reaparecer no HU.

Ainda no Rio, uma particularidade da pandemia intriga Medronho. “A gente achava que, quando chegasse às favelas, seria um caos. Não foi”, disse. Uma das hipóteses é a possível reação cruzada com quatro coronavírus mais antigos que costumam circular na sociedade. “Naquele ambiente, os quatro já estão ali direito e é possível que a reação (a eles) tenha ajudado”, avaliou.

## MORTALIDADE X LETALIDADE

O professor citou o filósofo e também docente da UFRJ Fernando Santoro para explicar a diferença entre letalidade e mortalidade. “Letalidade é sobre a gravidade da doença. Mortalidade diz sobre o risco de a população morrer daquela doença”, definiu. A letalidade é calculada em óbitos divididos por casos da doença. Já o índice de mortalidade é medido pelos óbitos divididos por toda a população. No total do Brasil, mesmo sem testar tanto, a taxa de letalidade não é muito alta.

“A nossa é 3,1%, semelhante à dos Estados Unidos, que é 3,2%, e menor do que a Grã-Bretanha (12%) e Itália, com 11%”, esclareceu o professor. “No Sudão, está uma desgraça. Em guerra civil e com 28,9% de letalidade, ou seja, quase um terço dos

pacientes de Covid vai a óbito”, lamentou.

Dentro do Brasil, a letalidade no Sudeste é a maior. E a do estado do Rio de Janeiro é maior ainda. Na evolução dos casos até o dia 5 de setembro, no estado fluminense, não houve uma segunda onda. “Nós tivemos o pico naquele final de abril, início de maio. Esse pico foi dramático, porque colapsou a rede hospitalar”, contou Medronho. “Os hospitais de campanha não foram contratados, houve a contratação de recém-formados muitas vezes sem nenhuma habilidade, e isso redundou numa elevada letalidade hospitalar”, lamentou o médico.

Outros estados, especialmente o Amazonas, também vivem uma situação dramática. “Quando a gente vê a incidência de casos sobre toda a população, o risco de adoecer, o Norte e o Centro-Oeste têm incidência maior”, afirmou.

Para Medronho, a elevada taxa de letalidade só não foi maior pela existência do Sistema Único de Saúde, o SUS. “Gratuito e aberto à população. Sem ele, teríamos um número de casos muito maior”, afirmou.

Até a reunião do Tamo Junto, havia aproximadamente 28 milhões de casos de Covid-19 confirmados no mundo,

mas o número é muito menor que o real em função da subnotificação, explicou o professor. “Vamos chegar rapidamente a um milhão de óbitos, que também está subnumerado”, afirmou — a Organização Mundial da Saúde informou 943 mil mortes pela pandemia, no dia 17.

Os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina são os atuais epicentros da doença, mas a Índia aparece com números crescentes. “No nosso país, há uma tendência de queda de casos diários; nos Estados Unidos, também”, disse. “Na Índia, a coisa está explodindo e na Espanha já há uma segunda onda semelhante à primeira”, afirmou.

Na Europa, essa segunda onda está acontecendo em todos os países por conta do verão, no hemisfério norte. “A juventude que ficou confinada, com o verão está vivendo como se não houvesse amanhã, sem medo de se feliz, aglomerando nas praias, nos ‘pubs’, nos restaurantes, nas festas”, explicou Medronho. “Bem parecido com os nossos jovens aqui e ainda nem chegamos ao verão”.

## PANDEMIA

“A gente vai conviver com pandemias durante toda a nossa existência”, acredita Medronho. “São milhões de pessoas que cruzam as fronteiras no mundo inteiro. Isso, obviamente, é uma coisa fantástica, mas sem os devidos cuidados, sem a devida conscientização, nessa forma de exploração da natureza, do capitalismo selvagem e nessa acumulação absurda, é realmente insustentável”, explicou o médico. Em 2020, mesmo com a pandemia, o mundo teve quase cinco milhões de passageiros em tráfego aéreo. “Essa doença tem um perfil: mata preto e po-

bre. No Brasil, durante muitas semanas eram como quatro aviões caindo por dia e o pessoal na fila para viajar de avião nos aeroportos”, criticou.

Medronho mostrou um estudo que calcula a mobilização da população na rua a partir do uso de celulares. “Essa mobilização hoje está em torno de 60%. É igual à da pré-pandemia”, alertou. Medronho afirmou que não há chance de vacinação em 2020. “Eu já botei meu calendário muito mais otimista em meados de junho do ano que vem”, contou. Ainda assim, as vacinas para a Covid-19 serão um recorde na Ciência. “Nunca tivemos tão rapidamente um processo de ensaio clínico de vacinas como esse. É recorde internacional”, disse. Antes dessa pandemia, a vacina produzida de forma mais rápida no mundo foi feita para tratar captopora. E demorou cinco anos, lembrou o professor. “Conviveremos com esse vírus, no mínimo, por dois anos. Mesmo quando a gente começa a vacinar, o acesso à vacina é demorado”, concluiu.

## BATE-PAPO

Perguntas não faltaram para o convidado do Tamo Junto. O professor Nelson Braga, do Instituto de Física, questionou o médico sobre o isolamento social. “Vocês sempre defenderam essa questão do grande isolamento, talvez para baixar a curva por conta da capacidade hospitalar”, disse. “Agora você falou que o vírus dura dois anos. Ou seja, se a gente resolvesse aqui que todos os brasileiros vão ficar em casa cinco meses, o vírus não acabou?”, questionou. Medronho respondeu ao colega que não há evidência na história de que o isolamento debelou

qualquer processo pandêmico de uma doença de transmissão respiratória. “A gente só está querendo que o vírus se dissemine mais lentamente, para os casos graves poderem ser absorvidos pelo sistema de saúde, e não morrer gente na fila da emergência”, afirmou.

No caso do coronavírus, quanto maior o grau de confinamento, maior a probabilidade de que, quando se libere as pessoas, as que não estão infectadas encontrem com pessoas que estão, e isso gere uma segunda onda, como está ocorrendo na Europa. “Isso é um paradoxo também. Quanto mais eficaz (o isolamento), maior o número, se você tiver uma infecção depois”, afirmou o médico.

Cezar Augusto, professor da Faculdade de Farmácia e Chefe de Serviço da farmácia do Hospital Universitário, perguntou sobre o futuro dos medicamentos usados no tratamento da Covid-19. “Certamente produzimos muita coisa em tempo recorde desses meses. Gostaria de saber se você vê algum fármaco ou algum candidato a fármaco com potencial de mudar alguma coisa no jogo, nos próximos meses ou até o próximo ano?”

Medronho contou que, numa revisão sistemática feita recentemente, foram analisados 3.262 mil artigos publicados na literatura médica sobre todos os tratamentos para a Covid-19. “Hidroxicloroquina, Renexina, Conavir e Tonavir, corticoide, soroterapia, um monte de medicamentos e nenhum deles mostrou-se eficaz”, disse.

O professor citou relatos de casos fulminantes no Hospital Universitário pelo uso do medicamento Hidroxicloroquina. “A cloroquina pode trazer problemas

graves de distúrbios da condução elétrica do coração, e o paciente morre”, contou. “O vírus é uma coisa muito interessante. Alguns dizem que não é um ser vivo, outros dizem que é”, relatou. “É um material genético encoberto com glicoproteínas, isso que é um vírus. É tão simples que a gente não consegue entender”, afirmou.

Medronho observou que pouquíssimas doenças virais conhecidas possuem tratamento concreto, objetivo e definitivo. “Todas essas drogas testadas na fase pré-clínica, *in vitro*, foram absolutamente fantásticas. Quando vai para o ser humano, é outro departamento”, explicou. Isso se deve à complexidade do corpo humano e à relação do vírus com o hospedeiro. “A gente não sabe o que é que acontece”, afirmou. “Agora, teve caso de reinfeção e há casos que estamos vendo de reativação, quando o coronavírus, não sabemos bem o porquê, se esconde”, disse.

## HU SOLIDÁRIO

“Eu chamei a Covid de doença da solidão”, contou o médico. “Quem entra para ser internado em qualquer hospital de Covid nunca mais vai ver a cara de ninguém, se morrer. Ninguém”, explicou. Mas uma iniciativa do Hospital Universitário minimizou esta situação. A filha de Medronho, Renata, que está no último ano do curso de Medicina, participou de um projeto do HU para acompanhamento dos pacientes de Covid-19. “A Renata foi voluntária e trabalhou no CTI da Covid. Ela tomou conta de um funcionário do Instituto de Física, o Marçal”. Professora do instituto, Thereza Paiva conhece o paciente. “Todo mundo sabe que a Renata acompanhou. Ela que mandava notícias para a gente do IF. Todo mundo superfeliz que ela estava lá e fez companhia para ele”, elogiou.

Medronho contou que Renata via como estava a evolução e ligava para a família para informar. “Ela ficou muito ligada à família do seu Marçal. No dia que ele teve alta, ela foi se despedir dele presencialmente e conhecer a filha e esposa”, lembrou. Para ele, esse projeto feito no Hospital Universitário não existe em nenhum lugar. “Esse cuidado de ligar todo dia, duas vezes por dia. Isso é UFRJ, é raro”, afirmou.

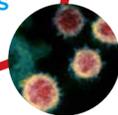
## Cronologia

08/12

Pneumonia de etiologia desconhecida Wuhan, China

29/12

Identificação do vírus

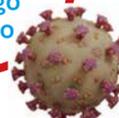


30/12

Notificação de aglomerados de casos à OMS

03/01

Identificação do código genético



07/01

OMS anuncia novo coronavírus 2019-nCoV, (depois SARS-CoV-2)

30/01

OMS declara Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

03/02

Brasil declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional

04/02

Teste diagnóstico RT-PCR



11/02

OMS denomina a doença: Covid-19

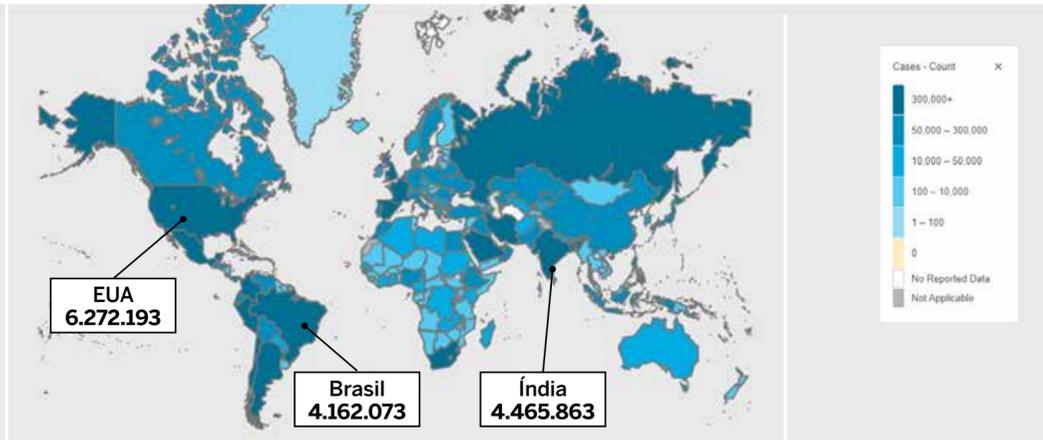
## Mapa da Covid-19 (casos confirmados e óbitos)\*

### Total:

250.003 novos casos

27.738.179 casos confirmados

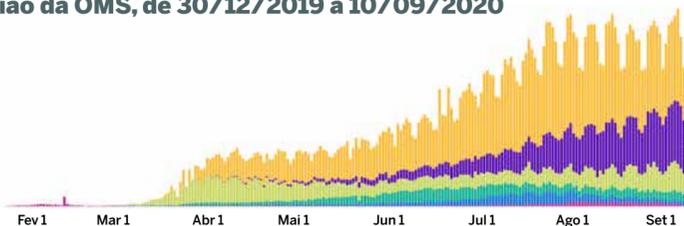
899.916 óbitos



\*Globalmente, em 10 de setembro de 2020, houve 27.738.179 casos confirmados de Covid-19, incluindo 899.916 mortes, notificados à Organização Mundial de Saúde (OMS).

## Casos confirmados e notificados diariamente por região da OMS, de 30/12/2019 a 10/09/2020

Américas	14.337.245
Sudoeste Asiático	5.067.207
Europa	4.645.519
Mediterrâneo Oriental	2.055.446
África	1.101.618
Pacífico Ocidental	530.403



## Distribuição no Brasil, 10/09/2020

REGIÃO	CASOS	ÓBITOS	LETALIDADE	INCIDÊNCIA*	MORTALIDADE*
Nordeste	1.206.105	36.348	3,0	2.113,3	63,7
Sudeste	1.456.234	57.824	4,0	1.647,9	65,4
Norte	567.071	14.022	2,4	3.076,7	76,1
Centro-Oeste	481.588	10.343	2,1	2.955,1	63,5
Sul	486.891	10.002	2,1	1.624,3	33,4
Brasil	4.197.889	128.539	3,1	1.997,6	61,2

\*Por 100 mil habitantes. Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2020

## Casos de Covid-19, estado do Rio de Janeiro\*\*

	CASOS	ÓBITOS	LETALIDADE	INCIDÊNCIA*	MORTALIDADE*
Rio de Janeiro	94.896	10.074	10,6	1.412,4	149,9
Niterói	11.817	394	3,3	2.300,9	76,7
Estado RJ	234.813	16.871	7,2	1.360,1	97,7

\*Por 100 mil habitantes. \*\* Em 10/09/2020 Fonte: SES-RJ

## Rio tem alta proporção de mortes por coronavírus

Se fosse um país, capital fluminense lideraria ranking de óbitos por 100 mil habitantes

Rio de Janeiro	1º	149,9
San Marino	2º	124,32
Peru	3º	93,71
Bélgica	4º	86,78
Andorra	5º	68,83
Espanha	6º	63,34
Reino Unido	7º	62,68
Bolívia	8º	62,51
Chile	9º	62,37
Equador	10º	62,20
Brasil	11º	60,85
Itália	12º	58,85
EUA	13º	57,97
Suécia	14º	57,33

# “Nossa luta é contra o luto. É pela vida”, defende sindicato

> Especialistas analisam guerra de liminares sobre retorno das aulas presenciais nas escolas particulares do Rio: “É preciso colocar as crianças no centro do debate, elas foram esquecidas”

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

A possibilidade de retorno das aulas presenciais nas escolas particulares do Rio de Janeiro ganhou os tribunais, desencadeou uma guerra de liminares e deixou crianças, famílias e profissionais de educação perdidos no centro de um tirocínio entre opiniões antagônicas. A sociedade de pediatria do Rio considera que é hora de debater a reabertura das escolas e alega que a longa quarentena gerou uma série de transtornos na saúde de meninas e meninos. Já pesquisadores e educadores da UFRJ compartilham da mesma posição do sindicato de professores: não é hora de voltar.

“Nossa luta é contra o luto. É pela vida”, defende o professor Gustavo Henrique Cornélio, diretor do Sinpro-Rio. O sindicato representa os professores da rede particular do município e moveu ação na justiça que resultou na proibição das aulas na cidade. “O dono quer a escola aberta para cobrar a mensalidade integral. É uma questão financeira, não de saúde”, argumenta Gustavo. “Queremos que o sindicato dos professores, o sindicato patronal e a sociedade discutam protocolos. Como serão feitos os testes para retorno das crianças? As escolas não estão querendo discutir isso”, critica.

No dia 14, a Fiocruz lançou um conjunto de indicadores necessários para a flexibilização do ensino remoto. Os pesquisadores recomendam que a reabertura das escolas deve estar baseada nos seguintes indicadores: transmissão comunitária menor que 1 caso novo por dia por cem mil habitantes; taxa de contágio menor que 1 por pelo menos 7 dias; 75% de leitos clínicos e de UTI livres; previsão de esgotamento de leitos de UTI superior a 57 dias; redução de 20% ou mais em número de óbitos e casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave, em relação a duas semanas anteriores; percentual inferior a 5% no número de testes positivos por amostras para

Sars-Cov-2; capacidade para detectar, testar, isolar e monitorar pacientes/contactantes; que haja diagnóstico para pelo menos 80% dos casos no município ou território.

Apesar da estabilidade e da tendência de queda no número de mortes, o Rio de Janeiro ainda não alcançou os patamares recomendados pela Fiocruz. Segundo o Covidímetro da UFRJ, a taxa de transmissão da doença era de 1,12, na quarta-feira, 16. No mesmo dia, a Prefeitura do Rio divulgou números adicionais: 84% dos leitos de UTI na cidade ainda estão ocupados. Além disso, os leitos de enfermaria destinados ao tratamento da Covid-19 têm disponibilidade de 43%. Também não há testagem em massa, nem na cidade, nem no estado.

## SOCIEDADE DE PEDIATRIA

Presidente da Sociedade de Pediatria do Rio de Janeiro (Soperj), a pediatra e epidemiologista Katia Nogueira considera importante debater a flexibilização, baseada em dados científicos. Ela ressalta que um desses dados fundamentais é a taxa de óbitos, que no Rio de Janeiro está com a média móvel caindo. “Sendo assim, acreditamos que este é o momento para falar em retorno. É preciso que se coloque as crianças no centro desse debate, elas foram esquecidas. O tema precisa ser tratado com prioridade”, afirma.

“Há uma ameaça real à vida e um luto que muitas vezes não pode ser vivido, o que gera uma violenta pressão de adaptação a esta realidade. Temos muitas crianças com depressão e ansiedade geradas pela pandemia e pelo confinamento”, revela o psiquiatra Roberto Santoro Almeida, coordenador do GT de Saúde Mental da Sociedade Brasileira de Pediatria e chefe do serviço de Saúde Mental do Hospital Municipal Jesus.

Especialista em saúde mental de crianças e adolescentes, Almeida é favorável à ampliação do debate sobre a reabertura das escolas. E considera que o ponto fundamental não é a aula. “Não se pode fazer pressão acadêmica nos estudantes esse ano. Já há muitas pressões pelas quais estão passando. O ponto central do retorno à escola é o

pequeno aumento da liberdade dentro de tantas restrições”, avalia. “Acompanho crianças que ficaram eufóricas esperando voltar à escola na segunda e foram terrivelmente frustradas quando souberam que não iriam mais. A escola faz falta”.

Ele considera que grande parte da instabilidade em torno do assunto se deva a uma polarização de opiniões não embasadas em análises multidisciplinares. “Crianças e adolescentes precisam de contato com seus pares para se desenvolverem. Essas medidas jurídicas geraram uma interferência muito grande na vida das pessoas. Virou uma guerra que traz como consequência ansiedade, frustração”, acredita o especialista. O psiquiatra sugere que pais devam estar em sintonia com as escolas e com os pediatras de seus filhos. “Os pais não devem estar em pânico. Se tiver dúvidas em relação a condutas, procure seu médico. O pediatra é quem conhece a criança e poderá melhor orientar diante de tantas incertezas”.

Para a Sociedade de Pediatria, sobretudo as crianças e adolescentes mais pobres correm mais riscos em casa do que na escola, mesmo que a pandemia ainda não tenha acabado. “Temos aumento da violência física, psicológica e sexual, desemprego e falta de acesso das famílias à renda e alimentação. Segundo a organização não governamental World Vision, houve aumento de até 37% de crianças e adolescentes entre 2 e 17 anos vítimas de todo tipo de violência nos primeiros meses de pandemia”, afirma Katia Nogueira, que é também professora de Pediatria da UERJ. “A escola vai além da formação pedagógica, ela reforça valores, funciona como proteção”, continua a professora Katia. “Já temos crianças menores que regrediram na fala. Há aumento na obesidade infantil. Atendemos casos de crianças que ganharam até 15kg em cinco meses”, elenca.

## COMO APRENDER E ENSINAR COM MEDO?

“Abrir as escolas é uma atitude leviana e criminosa”, acusa a professora Daniela Patti, da Faculdade de Educação da UFRJ. “O estado do Rio de Janeiro tem mais de 3,5 milhões de crianças e jovens matriculados em escolas públicas e privadas. São mais pessoas do que a população de muitos estados brasileiros”, argumenta. “A reabertura implica em colocar os estudantes fluminenses, suas famílias, profissionais de educação e toda a comunidade em risco”.

“Como aprender e ensinar com medo? Como manejar e



REPRODUÇÃO DA INTERNET

“O ponto central do retorno à escola é o pequeno aumento da liberdade dentro de tantas restrições”

ROBERTO SANTORO ALMEIDA  
GT de Saúde Mental da Sociedade Brasileira de Pediatria

“Estamos discutindo profundamente, levando todos aspectos em consideração, mas, principalmente, a vida”

CARMEN GABRIEL  
Diretora do Complexo de Formação de Professores da UFRJ

controlar as manifestações de afeto, as trocas de abraços, mendas, contatos físicos, entre crianças e jovens, sobretudo as menores?”, questiona. “Repudiamos a nota da Sociedade de Pediatria do Rio de Janeiro, ao afirmar que as escolas precisam coragem para uma imediata abertura e que devem ter uma liderança criativa e corajosa, com apoio dos pais e governo”, critica a professora.

Diretora do Colégio de Aplicação da UFRJ, a professora Maria de Fátima Galvão também discorda do retorno. “Enquanto não tivermos um consenso da comunidade científica sobre a segurança do retorno presencial, continuaremos em ensino remoto. A volta presencial não é prudente, embora entendamos todas as questões envolvidas na reabertura das escolas, como famílias que retornaram ao trabalho e não têm com quem deixar suas crianças, por exemplo, mas nós temos responsabilidade em preservar a vida”, argumenta.

A escola discute, no âmbito do GT Pós-Pandemia da universidade, que tem também um grupo correspondente no CAP, os protocolos que precisarão

ser desenvolvidos e aplicados quando o retorno for indicado e seguro. “Mas, hoje, não vemos como fazer isso. Mesmo tomando todas as precauções, não há como garantir que crianças sigam protocolos de segurança e distanciamento. Como negar um abraço a um pequenininho que não nos vê há meses? Eles precisam de afeto, de contato no desenvolvimento. A escola, para eles, é socialização e esta função fica completamente comprometida com um distanciamento de dois metros”.

“Cabe o questionamento em relação à diferença de tempo de reabertura das escolas particulares para as escolas públicas”, complementa a professora Silvana Fernández, especialista em Prática de Administração Educacional e Planejamento e Avaliação dos Sistemas Educacionais, da Faculdade de Educação. “Seria de alguma forma uma preocupação pelo acesso à educação? Se assim for, por quem quem paga terá acesso primeiro? Se for por uma questão sanitária, de as escolas privadas terem mais condições de garantir os protocolos, cabe questionar por que as escolas públicas não teriam essa capacidade garantida pelo próprio Estado”, aponta a docente.

Para a professora Carmen Gabriel, diretora do Complexo de Formação de Professores da UFRJ, a abertura neste momento também é precipitada. “Cada país está tratando este assunto de uma forma, mas, em todos, a pressão econômica é muito forte pela reabertura”, considera. Ela reconhece que muitas crianças perderam seu único espaço de socialização e, até mesmo, o espaço que lhes dava segurança. “Realmente a escola não é só espaço de produção de conhecimento, mas de sobrevivência para muitas crianças. É preciso tratar o assunto com um olhar multidisciplinar. Não pode ser uma questão meramente de opinião. No campo educacional, estamos discutindo profundamente este assunto, levando todos aspectos em consideração, mas, principalmente, a vida”, pondera.

A rede privada do estado está autorizada a voltar, mas, na cidade, uma decisão do Tribunal de Justiça, proferida em agosto e reforçada na última terça-feira (15) -, impede a reabertura. A Procuradoria Geral do Município recorreu ao Supremo Tribunal Federal e aguarda decisão. O Sindicato das Escolas Particulares foi procurado, mas não indicou um representante para falar com a reportagem até o fechamento da matéria.

## GUERRA DE LIMINARES

A rede privada do estado está autorizada a voltar, mas, na cidade, uma decisão do Tribunal de Justiça, proferida em agosto e reforçada na última terça-feira (15) -, impede a reabertura. A Procuradoria Geral do Município recorreu ao Supremo Tribunal Federal e aguarda decisão. O Sindicato das Escolas Particulares foi procurado, mas não indicou um representante para falar com a reportagem até o fechamento da matéria.

A escola discute, no âmbito do GT Pós-Pandemia da universidade, que tem também um grupo correspondente no CAP, os protocolos que precisarão

# Professores e parlamentares se unem para defender orçamento

KIM QUEIROZ  
comunica@adufrrj.org.br

“A Educação não é uma pauta de um grupo nem mesmo de um governo. É uma pauta da sociedade brasileira, e que precisa ser desenvolvida”, disse Renato Janine Ribeiro, professor da USP e ex-ministro da pasta, no ato virtual “Orçamento Justo para a Educação” do dia 17.

Organizado pelo Observatório do Conhecimento, rede formada por diversas associações docentes — entre elas, a AdUFRJ —, além de mais 50 entidades representativas da Educação e da Ciência e 16 frentes parlamentares pluripartidárias, o evento apresentou um manifesto que cobra a imediata instalação da Comissão Mista de Orçamento

do Congresso Nacional para discutir os recursos de 2021. “A perspectiva de corte de R\$ 1,882 bilhão no orçamento das chamadas despesas discricionárias para a educação, que envolvem o custeio e os investimentos, chama a atenção, sobretudo em um momento como o atual”, critica um trecho do documento.

O ato virtual atraiu parlamentares de diferentes espectros ideológicos. “Se a educação não for colocada como uma das prioridades, nós vamos lidar com isso para sempre. Nós temos centenas de obras paralisadas, incluindo creches e escolas”, lembrou a deputada federal Professora Dorinha Rezende, do Democratas.

“Qual é o projeto de país que nós queremos construir?”, inda-



gou a deputada federal Tabata Amaral, do PDT. Relatora da comissão externa da Câmara criada para acompanhar o MEC, Tabata reforçou o absurdo dos cortes diante do desempenho das universidades federais no enfrentamento da pandemia.

“Já são mais de 1.200 pesquisas sendo desenvolvidas, milhares de leitos disponibilizados, para dizer apenas alguns exemplos”.

Além de um orçamento justo para a educação, o manifesto das entidades defende a autonomia das universidades e

dos institutos federais, com a nomeação dos reitores eleitos em processo democrático. Iago Montalvão, presidente da UNE, participou do evento logo após um ato presencial na UFRGS contra a recente intervenção do governo na reitoria (leia mais nas páginas 2 e 3). “Mais uma vez, foi desrespeitada a vontade da comunidade acadêmica de uma das maiores universidades federais do nosso país”, afirmou.

A presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, participou do ato e valorizou a pluralidade de vozes em defesa da Educação. “Estamos aqui ouvindo, falando, insistindo, e consolidando uma unidade e um caminhar juntos, que no momento é o que temos de mais importante para construir”, disse.

## AULA INAUGURAL DO IFCS HOMENAGEIA CELSO FURTADO

A aliança de saberes como motor da construção de um país. Essa foi a principal busca da vida de Celso Furtado (1920-2004), economista brasileiro homenageado na aula inaugural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Realizada no dia 17 em meio virtual, a atividade destacou a importância da obra do intelectual que, assim como a UFRJ, faria cem anos em 2020.

“A grande contribuição do Celso foi perceber que o subdesenvolvimento não era uma fase local que teriam passado outros países já desenvolvidos, mas um processo específico resultante de certas estruturas. E que, portanto, precisava de uma interpretação exclusiva”, afirmou a tradutora e jornalista Rosa Freire D’Aguiar, diretora da

Coleção Arquivos Celso Furtado e viúva do economista.

Nascido em Pombal, na Paraíba, Celso Furtado foi o primeiro Ministro do Planejamento do Brasil, no governo de João Goulart, pouco antes de ser exilado. “Ele teve uma carreira longa de professor, na Europa e nos Estados Unidos, depois de ter sido cassado pelo golpe militar”, lembrou Rosa. Atualmente, ela organiza uma publicação dos diários de Celso, em celebração ao seu centenário.

“Em 64, ele estava na primeira lista dos cassados da ditadura, e de repente vê todo projeto que tinha levado adiante por anos ruir. É um momento de muita tensão, em que ele soube que precisaria sair do país e refazer a vida do zero”, destacou Rosa. Segundo ela, os diários

ressaltam pontos delicados na vida do autor. “Celso tinha essa dimensão de quando estava testemunhando um momento, um diálogo, ou um encontro importante para a vida dele ou mesmo para a história”.

Uma característica notória da obra de Celso Furtado é a pluralidade de conhecimentos. Formado em 1944 na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, então Universidade do Brasil, o autor só iniciou seu doutorado em Economia em 1946, na Universidade de Paris-Sorbonne. “A leitura de Celso Furtado vai muito além da economia. Ele tem uma cabeça de fato multidisciplinar, falando sempre das partes cultural, social, política, ambiental e dos problemas contemporâneos da nação”, disse Rosa.



REPRODUÇÃO DA INTERNET

FURTADO Economista teria completado cem anos em julho

Mesmo quinze anos após sua morte, a live enfatizou as contribuições que os livros do ex-ministro ainda podem dar ao Brasil. “O contato com a obra do Celso é energizador, estimulante”, declarou o economista Paulo Nogueira Batista Jr., ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Diretor executivo no FMI pelo

Brasil e outros dez países. Paulo enxerga Celso Furtado como o maior economista brasileiro do século XX.

Segundo ele, os problemas da economia brasileira aumentaram, mas o legado de Celso Furtado ainda tem muito a oferecer. “Não é só uma construção que foi interrompida, como apontava Celso Furtado. Hoje, nós estamos enfrentando um processo de destruição”, disse Paulo. “Nós precisamos primeiro parar a destruição para então retomar a construção de uma nação soberana, inclusiva e dinâmica. E nesse esforço, tenho convicção de que a obra do Celso Furtado é muito relevante”.

Paulo citou um discurso do homenageado na USP, em 2000: “Podemos afirmar que o Brasil só sobreviverá como nação se se transformar numa sociedade mais justa e preservar a sua independência política. Assim, o sonho de construir um país capaz de influir no destino da humanidade não será desvanecido”. (Kim Queiroz)

## NOTAS

### ADUFRJ CONVOCA ASSEMBLEIA DE PROFESSORES, DIA 22

A diretoria da AdUFRJ convoca os docentes sindicalizados a participarem da Assembleia Geral, que ocorrerá de maneira virtual, na próxima terça-feira, dia 22 de setembro. O encontro será realizado por meio da plataforma Zoom. A pauta inclui eleição para a diretoria do Andes e escolha de delegados para o 9º Conad Extraordinário. Participe! Data: 22/09 Hora: de 13h30 às 18h

### PLE INTEGRA O PERÍODO DE 2020.1, DECIDE CEG

“As atividades acadêmicas realizadas no PLE (período letivo excepcional) fazem parte do semestre regular 2020.1”. Esta foi a única conclusão a que chegou o Conselho de Ensino de Graduação no dia 18. A aprovação não foi unânime, mas por ampla maioria: 14 favoráveis e 4 contrários. O entendimento se tornou uma “ementa de resolução futura”, como definiu o colegiado. A deliberação vai nortear as



regras que envolverão 2020.1 e 2020.2, como a oferta de vagas, inscrição em disciplinas, obriga-

toriedade ou opcionalidade dos períodos, formalização de atos acadêmicos, contagem de carga horária, entre outras questões.

No início do encontro, a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, fez uma breve fala pedindo que os conselheiros reconsiderassem o intervalo entre os semestres letivos. “Se incluíssemos apenas mais uma semana entre os períodos, seria muito bom para toda a universidade. Evitaria muitos conflitos e litígios e certamente ajudaria neste processo de construção do calendário”, afirmou.

### JOVENS UNIVERSIDADES SOFREM MAIS COM REFORMA

Reforma administrativa e ataques às jovens universidades foram os temas de debate realizado pela Seção Sindical do Andes na Universidade Federal do Sul da Bahia, dia 17. A presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, participou. “As federais mais jovens são mais vulneráveis. Muitas já estão com reitores interventores nomeados. A reforma administrativa pode transformar essas instituições em cabides de emprego”, disse Eleonora.

# MEDICINA DE MACAÉ SOFRE COM FALTA DE PROFESSORES

Outro obstáculo é a ausência de um hospital-escola próprio para as atividades práticas. Curso supera carência com dedicação da comunidade acadêmica e excelência nos resultados

**LUCAS ABREU**  
lucas@adufrj.org.br

**F**ormar-se em Medicina é um enorme desafio que começa já no vestibular, sempre bastante concorrido. Mas formar um médico é um trabalho igualmente desafiador, e pode ser ainda mais difícil para um curso tão recente quanto o de Medicina do campus de Macaé da UFRJ, criado há apenas 11 anos. Um quadro de professores deficitário e a falta de infraestrutura para as aulas práticas são os principais obstáculos.

“Faltam vagas e faltam candidatos, mas nosso maior problema é a falta de candidatos”, avaliou o professor Leonardo Cinelli, diretor em exercício do campus. “O salário na Academia para o médico não é atrativo”. A carreira médica tem uma média salarial alta, e isso diminui o interesse de possíveis postulantes às vagas oferecidas. Mas o professor acredita que uma decisão do Consuni pode melhorar o cenário: em dezembro do ano passado, o conselho publicou uma resolução liberando da dedicação exclusiva um terço dos professores que trabalham em regime de 40 horas na Medicina de Macaé. Antes, apenas os professores em regime de 20 horas semanais não tinham dedicação exclusiva.

“A dedicação exclusiva é uma condição que muitos médicos não querem, e às vezes o contrato de 20 horas não compensa para o profissional”, explicou Leonardo. “A quebra da DE é bem-vinda, acho que vamos conseguir mais e melhores candidatos com essa mudança”, falou. A pró-reitoria de Pessoal (PR-4) está com um edital de concurso aberto que pretende contratar 10 docentes para a Medicina de Macaé. Segundo a coordenadora do curso, professora Laila Ertler, o concurso em andamento é para cobrir quase que exclusivamente cadeiras que estão sem nenhum professor.

As disciplinas de Propedêutica Médica, Clínica Médica e Pediatria estão entre as que mais sofrem as consequências da falta de docentes. Há 48 docentes efetivos exclusivos e mais 11 substitutos. Na opinião da professora, um quadro de docentes pequeno restringe a experiência de aprendizagem dos alunos. “Temos poucas cadeiras com mais de um professor e algumas sem nenhum. Os alunos deveriam ter várias visões e estilos de ensino para se identificar e aprender”, disse.

O representante do Centro Acadêmico também atribui ao governo federal uma parte das dificuldades de contratação. “O problema de falta de professores é reflexo da desvalorização e desfinanciamento das universidades. Ficamos anos renovando vagas de professores substitutos e isso cronicizou o problema. Além do fato de muitos profissionais médicos não verem atrativos na carreira docente, principalmente no interior”, disse Giovanni Vilela.

Enquanto isso, o curso segue movido pelo esforço dos docentes e técnicos.



FOTOS: DIVULGAÇÃO



**PROFESSORES** participando do II Workshop em Práticas de Ensino

**LIGA ACADÊMICA** de Neurologia 2018: atividade prática

**PROFESSORA** Claudia Gusmão com alunos da M4 (propedêutica) em aula no Hospital Público de Macaé (2018-1)



“Fazemos horas a mais de ensino e temos acúmulos de funções administrativas. Além disso, fizemos novas parcerias com um hospital privado local e outros setores públicos, contando com a solidariedade de profissionais da região”, contou a coordenadora. Laila é uma das professoras sobrecarregadas. “Dou aula em três disciplinas e coordeno a área de clínica médica do internato”, afirmou a docente, que também conduz atividades de pesquisa e extensão. “E existem outros professores em situações semelhantes”. Laila ainda acumula as funções administrativas da coordenação do curso. “Sozinha, esta atividade demanda as 20 horas de trabalho do meu vínculo”, relatou.

Outro problema é a falta de um hos-

pital-escola. Na opinião do professor Leonardo Cinelli, um fator que também diminui o interesse dos candidatos à vaga de docência. “Os professores médicos querem um hospital-escola para ensinar”. As atividades práticas do curso, especialmente nos ciclos clínicos e no internato, acontecem em instalações da rede de saúde pública do município de Macaé, graças a um convênio da UFRJ com a prefeitura. “A prefeitura, independente de quem está no governo, sempre foi muito parceira da UFRJ. A relação é, de fato, muito saudável”, defendeu o professor. “Mas esse é um ponto em que ficamos muito frágeis, porque, se por qualquer motivo, o próximo prefeito, que vai ser eleito este ano, falar que não quer mais uma relação com

a UFRJ, o convênio pode ser rompido de maneira unilateral. Essa é uma situação muito sensível.”

A coordenadora Laila Ertler reafirma a boa parceria com a prefeitura, e detalha os efeitos da falta do hospital para o curso. “A falta de um hospital universitário impacta na gestão e, conseqüentemente, no ensino. A falta de ingerência dificulta algumas entradas em determinados setores”, contou. A prefeitura oferece diversas unidades para as atividades práticas, como o Hospital Público Municipal e o Pronto Socorro Municipal, mas não são suficientes. “Os campos práticos têm capacidade reduzida para a nossa demanda. Um ambulatório, por exemplo, consegue receber, idealmente, apenas dois internos”, explicou Laila.

“Sobre hospital universitário, somos um curso que surgiu pensando na integração ensino-serviço, sendo a rede do SUS nosso campo prático. O importante são as pactuações e contratos entre universidade e município, garantindo campo prático e a universidade contribuindo pra comunidade de Macaé”, afirma o estudante Giovanni. O aluno entende que as dificuldades de infraestrutura não são exclusivas do curso: “Mas pra todos os cursos de campi do interior, que sofrem de forma ainda mais intensa os reflexos dos cortes de verbas”.

Todos os esforços até aqui entregam um ótimo resultado. Na sua primeira avaliação feita pelo MEC, o curso ficou com nota 4, a maior possível para um curso recém-criado. “O resultado é muito positivo. Nossos alunos saem e passam em concursos públicos, fazem excelentes residências pelo Brasil, alguns seguem a carreira acadêmica”, avalia o professor Leonardo. “Nossa nota no Enade é muito boa”, afirma o professor.

A coordenadora da Medicina concorda com a avaliação positiva, e ainda vê possibilidades de melhora. Para Laila Ertler, um dos caminhos é a Medicina de Macaé tornar-se uma referência entre as universidades do interior do estado, para atrair profissionais da área médica. “Temos muito a melhorar, mas temos bastante potencial para isso. Macaé é uma cidade aberta e acolhedora, e a gestão executiva do município está sempre à disposição para cooperar”, disse.